

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 5 | AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) FAIXA I: caracterização socioeconômica dos moradores dos conjuntos habitacionais São Luiz e prefeito César Leal na cidade de Altos- Piauí

José Lucas Costa Ribeiro <sup>1</sup>

Joana Aires da Silva <sup>2</sup>

Antônio Cardoso Façanha <sup>3</sup>

#### RESUMO

A presente pesquisa busca caracterizar o perfil socioeconômico dos moradores dos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal da cidade de Altos-Piauí, atendidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) faixa I. No sentido de conhecer melhor a realidade dos moradores dos conjuntos habitacionais, mostrando-se relevante para avaliação dessa política habitacional. Possui os seguintes objetivos: geral - caracterizar o perfil socioeconômico dos moradores dos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal. Específicos - identificar aspectos da idade, escolaridade, renda, sexo e profissão; conhecer as diretrizes do PMCMV faixa I; relacionar os dados socioeconômicos com as diretrizes do PMCMV. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de campo. Grande parte dos participantes refletem a própria concepção da faixa I do PMCMV, que é atender pessoas de baixa renda, estando, o PMCMV, contribuindo para a inserção e o melhoramento socioeconômico das famílias atendidas.

**Palavras-Chaves:** Altos-Piauí. PMCMV. Socioeconômico.

#### ABSTRACT

The present research seeks to characterize the socioeconomic profile of the residents of the São Luiz and Prefeito César Leal housing estates in the city of Altos-Piauí, assisted by the Minha Casa Minha Vida

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia (PPGGEO/UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia (UESPI). E-mail: lucascosta192015@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí. Doutora em Geografia. E-mail: joaninha@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor da Pós-graduação em Geografia e do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Piauí. Doutor em Geografia. E-mail: facanha@ufpi.edu.br

Program (PMCMV) track I. In order to better understand the reality of the residents of the housing developments housing, showing to be relevant for the evaluation of this housing policy. It has the following objectives: general - to characterize the socioeconomic profile of the residents of the São Luiz and Prefeito César Leal housing complexes. Specific - identify aspects of age, education, income, sex and profession; know the guidelines of the PMCMV track I; relate socioeconomic data to the PMCMV guidelines. The methodology was based on bibliographic research, documentary and field research. Most of the participants reflect the PMCMV band I conception, which is to serve low-income people, with the PMCMV contributing to the inclusion and socioeconomic improvement of the families served.

**Keywords:** Altos-Piauí. PMCMV. Socioeconomic.

## INTRODUÇÃO

O processo de urbanização do Brasil, dentro da óptica de sua concepção e crescimento como país, foi e está inserida em uma complexidade que tornou evidente os problemas sociais urbanos. Em 2010 a taxa de urbanização brasileira, segundo o IBGE (2010a) é de 84,36%, sendo que em algumas regiões do país ultrapassa os 90% de pessoas morando nas cidades. Aliado a falta de políticas públicas eficazes e a não distribuição de renda com o contexto internacional capitalista em que o país está inserido, são crescentes os problemas sociais nas cidades do Brasil, como a falta de saneamento, saúde, alimentação, assistência social, e em especial a falta de moradia, bem como moradias precárias.

No sentido de diminuir o déficit habitacional no Brasil, alguns programas foram implementados no âmbito nacional, como a Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946, Banco Nacional de Habitação/Sistema Financeiro de Habitação (BNH/SFH) em 1964, entre outros. A mais recente política pública federal para habitação no Brasil foi o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) criado no segundo governo do ex-presidente Lula, em 2009, que vem atuando na construção de moradias em todo o país, com expressão no atendimento para a população de baixo poder aquisitivo, em grande parte localizadas em conjuntos habitacionais nas periferias das cidades brasileiras.

No sentido de conhecer melhor a realidade dos moradores dos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal na cidade de Altos-Piauí financiados pelo

PMCMV faixa I, mais especificamente o perfil socioeconômico, este trabalho mostra-se relevante também para a avaliação dessa política habitacional e sua contribuição social.

Neste contexto, o presente trabalho tem como problemática, qual o perfil socioeconômico dos moradores dos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal na cidade de Altos-Piauí. Possui o seguinte objetivo geral, caracterizar o perfil socioeconômico dos moradores dos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal na cidade de Altos-Piauí. E os objetivos específicos: a) identificar aspectos da idade, escolaridade, renda, sexo e profissão; b) conhecer as diretrizes do PMCMV faixa I para atendimento das pessoas; c) relacionar os dados socioeconômicos com as diretrizes do PMCMV.

Tem-se uma abordagem quali-quantitativa. Em relação aos objetivos, adotou-se a pesquisa exploratória que proporcionou uma aproximação com o tema e Pesquisa Descritiva. Como procedimento metodológico, primeiramente, realizou-se pesquisa bibliográfica, que proporcionou um embasamento da temática. Na pesquisa documental, buscou-se leis e documentos sobre o tema.

Na pesquisa de campo realizou-se observação na área de pesquisa; entrevistas estruturadas com perguntas abertas e fechadas com 65 participantes moradores dos conjuntos pesquisados, mais especificamente os chefes de família escolhidos por quarteirão.

## **2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)**

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) teve origem em 2009, ainda no segundo mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio da Lei nº 11.977 de 7 de Julho de 2009, que diante dos eminentes efeitos da crise econômica de 2008, com epicentro nos Estados Unidos da América e posteriormente disseminado pelo mundo “globalizado”, implantou um conjunto de medidas para atenuar os efeitos da crise no Brasil, e uma das principais medidas foi aquecer a indústria da construção civil por meio do PMCMV.

Como ressalta Bonduki (2009), destaca-se também as intenções sociais do programa, haja vista que mesmo o PMCMV tendo sido lançado com uma finalidade econômica, desde o início do mandato do ex-presidente Lula (2003-2010) vinha-se construindo um ambiente para uma grande intervenção no setor de habitação social no país, como a criação do Ministério das Cidades, a criação da Política Nacional de Habitação e aumento do crédito para habitação.

O PMCMV tem uma abrangência grande, pois além de suas ações serem em praticamente todo o território nacional, possui várias subdivisões, formas de financiamentos e também várias fases desde sua criação. Na visão de Amore (2015):

O “Minha Casa Minha Vida” é, antes de tudo, uma “marca”, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto “casa própria” – esta sim uma característica que unifica as diferentes experiências.

O PMCMV é subdividido em duas categorias principais, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). O PNHR é destinado ao provimento de moradia para pessoas que moram na zona rural dos municípios; o PNHU para população que mora nas zonas urbanas. Sendo que o PNHU, é dividido em modalidades: oferta pública para os municípios; entidades por meio de associações; sindicatos e outros, e a empresarial por meio das firmas habitacionais com recursos do FGTS.

Na fase 1 do programa, que se estendeu de 2009 a 2011, atendeu famílias que possuem renda de até dez salários-mínimos, dividido em famílias com renda de até 3 salários-mínimos: 400 mil unidades; famílias com renda de 3 a 6 salários-mínimos: 400 mil unidades; e famílias com renda de 6 a 10 salários-mínimos: 200 mil unidades (NASCIMENTO; TORRES, 2011).

Inicialmente foi previsto recursos em torno de 34 bilhões, proveniente do Orçamento da União, do FGTS e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), posteriormente na fase 2 do PMCMV foi acrescentado recursos do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab).

A efetivação das habitações que compreende a faixa de financiamento 1, de 0 até 3 salários-mínimos, acontece por meio de alocação pelo governo federal de verbas por área do país e solicita a apresentação de projetos. Os estados e municípios devem realizar o cadastro das famílias seguindo alguns critérios e fazer a seleção; as construtoras devem apresentar projetos às superintendências regionais da CEF. Depois de análise a CEF contrata a operação, acompanhando a execução das obras, e depois que o empreendimento é concluído é assinado o contrato das famílias, e por último é entregue a chave da habitação. Para essa faixa o subsídio poderia chegar até 100%, e taxa de 50 reais por mês (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2009).

Em 2011, no governo Dilma Rousseff, depois da construção de 1 milhão de moradias na primeira fase, é lançado a segunda fase do PMCMV, por meio da lei nº 12.424 de junho de 2011. Com previsão de construir 2 milhões de moradias em quatro anos, com um aporte de recursos estimados em 125,7 bilhões de reais. Houve algumas mudanças, dentre elas um foco maior na construção de moradias para a faixa de baixa renda, com mudanças nos limites das faixas, assim como aponta Amore (2015, p. 17):

[...] a Fase 2 do programa foi lançada com o objetivo de contratação de mais 2 milhões de unidades, incluindo uma revisão dos limites de cada faixa de renda, com aumento dos custos máximos das unidades e com a incorporação de especificações mínimas que incluíram a exigência de acessibilidade universal, aumentando as dimensões dos ambientes, e de padrões mínimos de acabamento.

Neste contexto, muitas cidades da região Nordeste e do Piauí, a exemplo da cidade de Altos-Piauí, foram contempladas com projetos do PMCMV na modalidade baixa renda, em que o governo federal, as prefeituras e as construtoras são responsáveis pela efetivação dos conjuntos habitacionais, em especial nos espaços urbanos desses municípios.

De acordo com o Observatório das Metrôpoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (2011), as faixas salariais para financiamento começam com famílias que ganham 1.600 reais; de até 3.100; e de até 5 mil. Considerando os 2 milhões de reais, 1,2 é para famílias que possuem até 1.600, para as de 3.600,600 mil unidades, e para 5 mil,200 mil unidades.

A segunda fase do PMCMV torna evidente o investimento para as camadas de menor poder aquisitivo. Também é importante observar que a segunda fase do programa abrange mais municípios, para aqueles que possuem entre 20 e 50 mil habitantes, pois antes municípios com esse porte populacional não eram contemplados.

A terceira fase do projeto PMCMV foi lançado em 2015 com previsão para construir mais 2 milhões de moradias até o ano de 2018. Nesta etapa, em relação às mudanças no programa, aumentou o limite da renda das famílias para a aquisição de moradias, e também foi incluída mais uma faixa de renda para concessão de benefícios. Como afirma Cunha (2017, p. 42), “A renda mensal aumentou de R\$1.600 para R\$1.800 na faixa 1, foi incluída a faixas 1,5 corresponde a uma renda familiar de até R\$2.350, a faixa 2 contempla a renda familiar de até R\$3.600 e a faixa 3 corresponde a uma renda familiar de R\$ 6.500, anteriormente era de R\$ 5.000”.

Nos governos subsequentes houve progressiva diminuição de investimentos no PMCMV, porém este teve continuidade, até 2018, mais de 5,5 milhões de unidades habitacionais foram financiadas. Atualmente, o PMCMV possui as seguintes faixas de financiamento: faixa 1, para pessoas com renda familiar mensal de até 1.800 reais; faixa 1,5, para pessoas com renda familiar de até 2.600 reais; faixa 2, com renda de até 4.000 reais, e faixa 3, com renda de até 9.000 reais. Sendo que na faixa 1, os beneficiários têm até 90% de subsídios do governo, com o restante 10% pagos em até 120 parcelas mensais (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2019).

### **3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS SÃO LUIZ E PREFEITO CÉZAR LEAL NA CIDADE DE ALTOS-PI**

O município de Altos-Piauí, emancipado em outubro de 1922, possui área de 957,62 km<sup>2</sup>, altitude de 187 metros. Encontra-se situado nas coordenadas geográficas 5°02'17" de latitude sul e 42°27'33" de longitude Oeste, localiza-se à 40 km de Teresina, capital do Piauí, faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) Grande Teresina, macrorregião do Meio Norte e Território de Desenvolvimento Entre Rios. No contexto Estadual a área está situada no território de desenvolvimento Entre Rios,

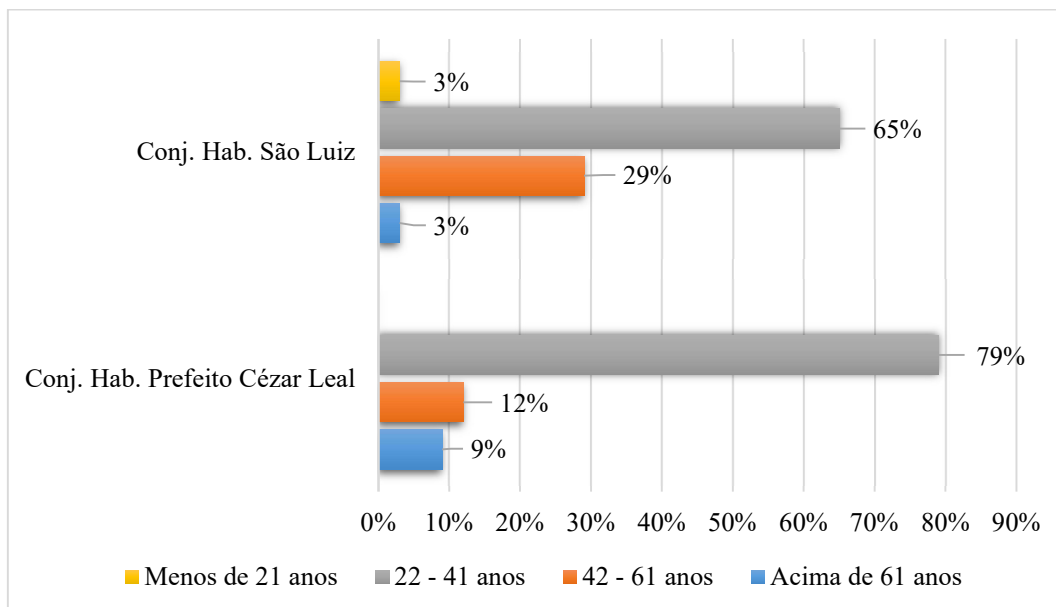
tendo como municípios limítrofes Teresina, José de Freitas, Coivaras, Pau-d'arco e Campo Maior.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEMDSC) de Altos-Piauí, sobre a quantidade de unidades habitacionais nos conjuntos habitacionais foco da presente pesquisa, indicam que, o Conjunto Habitacional São Luiz possui 312 unidades habitacionais e obteve 441 inscritos para concorrerem as casas e 339 unidades habitacionais no Conjunto Habitacional Prefeito César Leal, com 1000 inscritos.

No que diz respeito ao sexo dos moradores pesquisados, 77% dos moradores residentes no Conjunto Habitacional São Luiz são do sexo feminino e 23% do masculino, já no Prefeito César Leal, 85% são do sexo feminino e 15% do masculino. A partir desses dados, pode-se aferir que a grande maioria dos beneficiados pelo PMCMV são mulheres, que por sua vez são solteiras e chefes de família. Esta informação condiz com dados do IBGE (2010b), segundo os quais o número de mulheres chefes de família vem aumentando no Brasil, em 2000 era 24,9% e 2010 passou para 37,3%. Esse número de mulheres chefes de família nos conjuntos habitacionais pesquisados confirma também uma característica do PMCMV faixa 1 (baixa renda), que segundo a Lei nº 11.977, de 2009, que dispõe sobre o PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos urbanos, é dada prioridade na aquisição de moradias para as famílias com mulheres responsáveis pelo lar, que foi incluída por meio da Lei nº 12.424, de 2011.

Em relação a faixa etária, os moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados na cidade de Altos-Piauí são constituídos, em sua maioria, por pessoas entre 22 e 41 anos, com maior percentual no Conjunto Prefeito César Leal que teve 79% na faixa citada, e no Conjunto São Luiz o percentual nesta faixa etária é de 65%. A segunda faixa etária mais citada foi entre 42 e 61 anos, com 29% no Conjunto São Luiz e 12% no Conjunto Prefeito César Leal. Os outros percentuais foram formados por menos de 21 anos e acima de 61 anos. Porém, no Prefeito César Leal não teve representantes da faixa de menos de 21 anos. Desta forma, a maioria dos moradores dos conjuntos pesquisados são formados por pessoas jovens e adultos com idades entre 21 e 41 anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Faixa etária dos moradores dos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal



Fonte: Ribeiro, 2019

Assim, como pode ser observado no Gráfico 1, os dois conjuntos possuem algumas diferenças no que diz respeito a faixa etária, pois no Conjunto Habitacional São Luiz aparece 3% de pessoas com menos de 21 anos, e somente 3% com mais de 61 anos. Já no Conjunto Habitacional Prefeito César Leal a faixa de menos de 21 anos não apareceu, e teve um leve aumento na faixa de acima de 61 anos em relação ao São Luiz, com 9%. Portanto no Conjunto Habitacional Prefeito César Leal a população apesar de ter bastante jovens e adultos que somaram 79%, apresentam pessoas com idade mais elevada que no Conjunto Habitacional São Luiz.

No que diz respeito ao grau de escolarização dos sujeitos pesquisados, expresso na Tabela 1, a maioria dos moradores do Conjunto Habitacional São Luiz possuem ensino Fundamental incompleto com 45% e Ensino Médio completo 29%. No Conjunto habitacional Prefeito César Leal os moradores em sua maioria possuem, também, Ensino Fundamental incompleto com 26% e Ensino Médio completo com 31%. Os declarados não alfabetizados constituem 3% no Conjunto São Luiz e 65% no Conjunto Prefeito César Leal. Destaca-se, também, que não se obteve resposta nas opções Ensino Superior



incompleto e completo no Conjunto São Luiz. Por sua vez no Conjunto Prefeito César Leal obteve-se 6% com Ensino Superior incompleto.

Tabela 1 – Escolaridade dos moradores dos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal

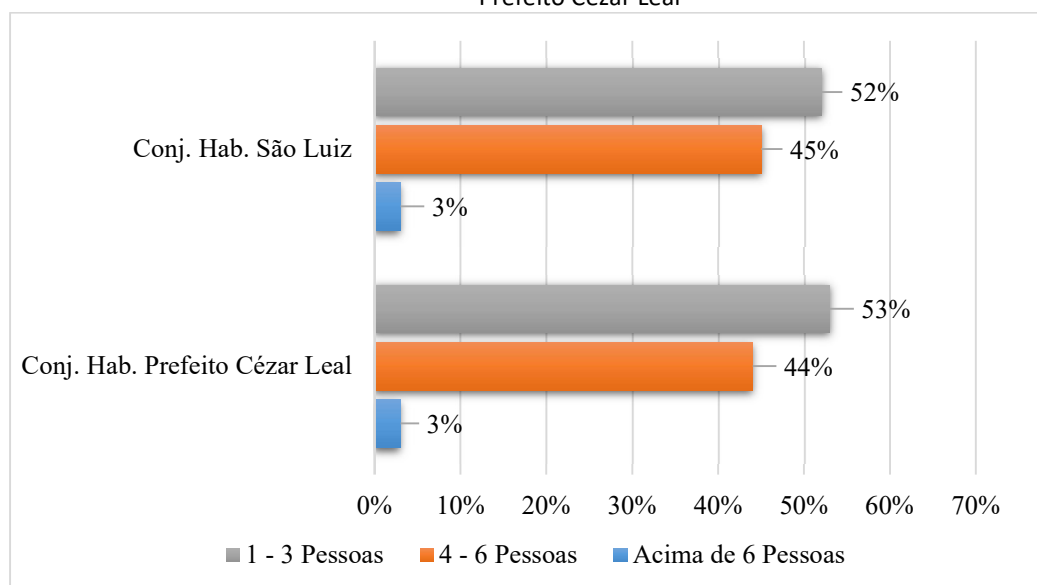
Escolaridade	Conj. Hab. São Luiz		Conj. Hab. Prefeito César Leal	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
<b>Não Alfabetizado</b>	1	3	2	6
<b>Ensino Fundamental Incompleto</b>	14	45	9	26
<b>Ensino Fundamental Completo</b>	4	13	3	9
<b>Ensino Médio Incompleto</b>	3	10	7	21
<b>Ensino Médio Completo</b>	9	29	11	32
<b>Ensino Superior Incompleto</b>			2	6
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>34</b>	<b>100</b>

Fonte: Ribeiro, 2019

Dessa forma, a totalidade dos entrevistados nos dois conjuntos pesquisados não possuem Ensino Superior completo. Mas, considerando os indicadores de escolaridade do Brasil e do próprio Estado do Piauí e, ainda, que na cidade de Altos-Piauí não possui universidade pública, os índices apresentados podem ser considerados relativamente bons, visto que a quantidade de pessoas que se declararam não alfabetizadas foram apenas 3% no Conjunto São Luiz e 6% no Conjunto Prefeito César Leal. Estes percentuais de não alfabetizados estão abaixo do índice de analfabetismo do Piauí, que segundo IBGE (2018) no ano de 2018 a pessoas não alfabetizadas no Estado somam 16,6% para pessoas com 15 anos ou mais e 42,7% para pessoas de 60 anos ou mais.

Quando perguntados sobre a quantidade de pessoas residentes na moradia (Gráfico 2), grande parte dos moradores pesquisados nos dois conjuntos concentraram-se em dois quantitativos: de 1 a 3 pessoas com 52% no Conjunto Habitacional São Luiz e 53% no Conjunto Habitacional Prefeito César Leal; de 2 a 6 pessoas por moradia, 45% no Conjunto São Luiz e 44% no Conjunto Prefeito César Leal. Na faixa que corresponde acima de 6 pessoas por moradia, foi assinalado apenas por 3% dos moradores pesquisados em ambos os conjuntos.

Gráfico 2 – Número de pessoas residentes por imóvel nos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal

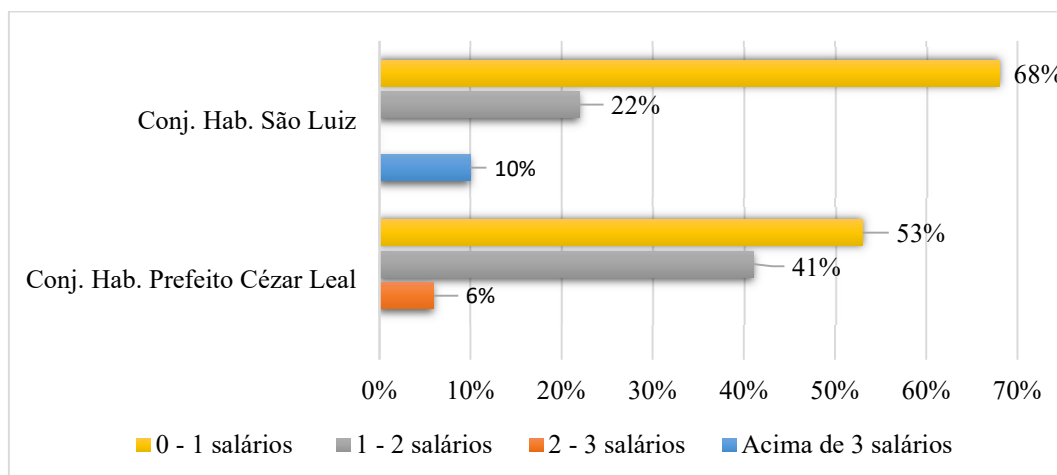


Fonte: Ribeiro, 2019

O número de pessoas residentes por imóvel ou moradia nos conjuntos pesquisados, mesmo considerando a faixa de 1 a 3 pessoas que está em consonância com a densidade de moradores por domicílio no Brasil que é 3,4, e no Piauí e em Altos que é 3,7, apresenta também expressiva quantidade nas faixas acima de 4 pessoas com 47%. Desta forma, estando acima da densidade do Brasil, Piauí e do próprio município de Altos-Piauí. Compreende-se que, a quantidade de moradores por imóvel nos conjuntos é bastante expressiva.

No que diz respeito à renda mensal, o Gráfico 3 indica que 68% das famílias dispõe de até um salário mínimo no Conjunto São Luiz e 53% no Conjunto Prefeito César Leal. Muitos chefes de família declararam ter apenas o Bolsa Família e outros afirmaram que não tinham nenhuma renda, variando de um mês para o outro. Na faixa de renda de 1 a 2 salários, foram 22% no Conjunto São Luiz e 41% no Conjunto Prefeito César Leal, já na opção 2 a 3 salários mínimos apenas 6% no conjunto Prefeito César Leal e no Conjunto São Luiz não se obteve menção. Na opção acima de 3 salários mínimos apenas foi assinalada no Conjunto São Luiz, com 10% dos pesquisados.

Gráfico 3 – Renda mensal das famílias dos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal



Fonte: Ribeiro, 2019

De acordo com os dados da pesquisa percebe-se que os moradores dos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal em sua maioria possuem baixa renda e muitos vivendo sem renda fixa ou com apenas um salário-mínimo. Compreende-se, que não tinham condições de adquirir uma casa própria por outros meios. Isso revela a importância de políticas públicas habitacionais na cidade de Altos-Piauí e a necessidade da manutenção delas. Observa-se que na faixa de renda até 2 salários-mínimos o percentual é 22% para o Conjunto São Luiz e 41% para o Conjunto Prefeito César Leal, também condizem com as diretrizes do PMCMV, que segundo o Observatório das Metrôpoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (2011) na segunda fase do programa a renda para adquirir moradia pela faixa de financiamento 1 (baixa renda) é no máximo 1.600 reais. E para as outras faixas são 3.100 faixa 2 e 5.000 faixa 3. Porém as opções assinaladas de 2 a 3 salários mínimos e acima de 3 salários não condizem com a faixa de financiamento dos conjuntos pesquisados. Como já constatado os conjuntos habitacionais pesquisados são por meio de financiamento de baixa renda ou faixa 1.

No que diz respeito a profissão dos moradores nos dois conjuntos, grande parte são formados por pessoas que não possuem emprego fixo: 32% de autônomos no conjunto São Luiz e 35% no Prefeito César Leal. Na opção dona de casa somam 26% no conjunto São Luiz e 32% no Prefeito César Leal, e Lavrador foi assinalado por 29% no conjunto São Luiz e 21 no Prefeito César Leal. O restante do percentual formou-se aposentados, auxiliar de serviços gerais e desempregados (Tabela 2).

Tabela 2 – Profissão dos moradores dos conjuntos habitacionais São Luiz e Prefeito César Leal

Profissão	Conj. Hab. São Luiz		Conj. Hab. Prefeito César Leal	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
<b>Autônomo (a)</b>	10	32	12	35
<b>Dona de Casa</b>	8	26	11	32
<b>Lavrador (a)</b>	9	29	7	21
<b>Aposentado (a)</b>	2	7	2	6
<b>Auxiliar de serviços gerais</b>	1	3	1	3
<b>Desempregado (a)</b>	1	3	1	3
Total	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>34</b>	<b>100</b>

Fonte: Ribeiro, 2019

Os dados sobre a profissão relacionam-se com os de escolaridade e renda dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, pois a escolaridade acaba, conseqüentemente, influenciando na aquisição de um emprego. Como pôde ser verificado a maioria não têm emprego fixo e que as profissões indicadas pelos moradores, geralmente, não possuem uma remuneração elevada, fato que reflete na renda, conforme já analisada é baixa.

#### 4 CONCLUSÃO

Os moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, com base nos participantes da pesquisa, possuem um perfil socioeconômico formados por sua maioria de mulheres, muitas mães de família, que estão em uma faixa etária predominantemente entre jovens e adultos, com escolaridade em sua maioria entre ensino fundamental e ensino médio, onde não houve nenhum com ensino superior, porém houve poucos analfabetos.

Na questão de profissão, a maioria não possui emprego fixo, como autônomos e donas de casa, refletindo reduzida renda dos mesmos, necessitando, assim, da assistência do estado na provisão, entre outros, de moradia.

A grande parte dos participantes da pesquisa refletem a própria concepção da faixa I do PMCMV, que é atender pessoas com até 1.800,00 de renda, pois são quem mais estão vulneráveis e sem moradias adequadas para a sua sobrevivência, estando, o PMCMV, contribuindo para a inserção e o melhoramento socioeconômico das famílias atendidas pela faixa de financiamento I do programa.

## REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. IN: AMORE, Caio Santo. SHIMBO, Lucia Zanin. RUFINO, Maria Beatriz Cruz. (org.). **Minha casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/livro%20PDF.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n. 82, jul. 2009. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cartilha Minha Casa Minha Vida**. Brasília: Governo Federal, 2009. Disponível em: <https://downloads.caixa.gov.br/arquivos//habitacionalmcmv/cartilha completado programacasaminhavidav1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

IBGE. **Estática de gênero**. 2010a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,43,432220,432360,432345,431550,430690,430930&cat=128,-15,-16,55,-17,-18&ind=4704>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

IBGE. **Censos**. 2010b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018a.

IBGE. **Estimativa populacional de Altos-PI em 2019**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/altos/panorama>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

IBGE. **Taxa de analfabetização no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

NASCIMENTO, Denise Morado; TOSTES, Simone Parrela. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Revista Arquitextos**, São Paulo, ano 12, jun. 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Desafios para a política habitacional: 2ª etapa do programa Minha Casa, Minha Vida**. 2011. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/desafios-para-politica-habitacional-2a-etapa-do-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: agosto 2018.